
Política Agrícola - uma Agenda para 1996

José Roberto Mendonça de Barros (1)

Evandro Fazendeiro de Miranda (2)

A origem dos problemas da agropecuária, que implicou elevado grau de inadimplência no crédito rural e em perda de renda para o setor em 1995, decorreu dos seguintes fatores:

a) cobrança de taxas de juros, no passado, incompatíveis com a rentabilidade de longo prazo do setor agrícola, em função do uso da TR como indexador do crédito rural, o que trouxe à tona o problema do endividamento;

b) a despeito do aumento significativo no consumo de alimentos na fase posterior à implantação da nova moeda, o excesso de produção provocou queda real nos preços dos produtos de origem rural.

Se, de um lado, a abertura comercial e a estabilidade da moeda trouxeram benefícios, a exemplo da relativa

estabilidade de preços dos insumos e o aumento da demanda interna de alimentos, de outro, vêm exigindo da agricultura novos ajustes. No que diz respeito aos produtos importados, além da concorrência enfrentada no âmbito do Mercosul com algumas vantagens comparativas na produção de alimentos, a agricultura brasileira tem de competir também com o produto estrangeiro, muitas vezes subsidiado nos países de origem.

A esse respeito, a abertura do País às importações de alimentos exigirá medidas ágeis e concretas de salvaguardas por parte do Governo, mas exigirá também preocupação dos agricultores com a produtividade e qualidade dos produtos ofertados para se manterem competitivos. Seguramente,

os agricultores saberão responder a esse desafio que redundará também em ganhos para o consumidor nacional, que passará a contar com produtos mais baratos e de melhor qualidade. Nessa fase de transição, enquanto não se completa o processo de reconversão produtiva e não se maturam os investimentos requeridos no campo da pesquisa agropecuária, que assegurará condições de competição no longo prazo, o Governo terá que calibrar adequadamente as políticas tarifária, de preços mínimos e de crédito rural para amenizar o processo de ajuste.

Paralelamente, deverão ser agilizadas medidas visando reduzir o chamado "custo Brasil", envolvendo melhoria da infra-estrutura em geral. A própria estabilidade da moeda, à medida que se consolida, trará também os ganhos decorrentes da redução da taxa interna de juros que, embora numa trajetória nitidamente decrescente, ainda é alta para os padrões internacionais.

A propósito da competitividade de nossa agricultura e numa perspectiva de médio e longo prazos, é preciso estar presente na estratégia brasileira a integração da produção rural com a industrial, estimulando o avanço das cadeias produtivas que formam o chamado complexo agroindustrial, de modo a se obter os ganhos de escala daí decorrentes com conseqüente redução de custos.

(1) Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

(2) Coordenador de Política Agrícola da SPE/Ministério da Fazenda.

Outro ajuste requerido da agropecuária brasileira decorrente da política macroeconômica consiste no desatrelamento da correção da taxa de câmbio com a inflação passada, aliás consistente com a estabilidade monetária, constituindo um desafio adicional para o setor, já que o mesmo caracteriza-se por gerar excedentes para exportação.

As soluções para os problemas apontados precisam ser analisadas dentro de três dimensões básicas. A primeira delas consiste na renegociação das dívidas do setor rural, que, ao concluir o processo de securitização, finaliza o ciclo de endividamento dos agricultores, dotando-os da liquidez necessária para conduzir suas atividades. Nessa linha de argumentos foi importante a prefixação da taxa de juros em 16% ao ano para o custeio e comercialização, corrigindo a distorção que representava o uso da TR no crédito rural, ajustando a agricultura brasileira à realidade mundial, que se caracteriza por operar com taxas de juros preferenciais.

A segunda dimensão consiste na recuperação da renda agrícola em 1996, o que trará de volta a agricultura à normalidade. É verdade que deverá haver uma redução da área plantada e queda na produção de grãos, mas a elevação dos preços pagos aos produtores é fruto também da alta das cotações das "commodities" agrícolas no mercado internacional. A dotação de recursos em valores adequados e no momento oportuno, tanto nas regiões Centro-Sul quanto no Nordeste, englobando as safras de inverno e de verão, são fundamentais para assegurar os ganhos de renda mencionados.

Uma vez superada essa fase de transição, é o momento para o Governo

olhar mais para o médio e longo prazos e articular um conjunto de políticas de caráter estrutural.

A terceira dimensão consiste, portanto, na criação de instrumentos novos que visam dotar a agricultura de melhores condições de competição em face da maior abertura do País ao comércio exterior e da constatação de que os mecanismos tradicionais de intervenção no setor rural vêm se mostrando esgotados. Nessa perspectiva, algumas das inovações propostas são as seguintes:

a) introdução de opções como instrumento regulador do mercado, que alterará as bases de financiamento da comercialização da agricultura brasileira no futuro, substituindo o EGF, que ficaria restrito a alguns produtos. Ao reduzir os riscos de oscilações de preços tão comuns na agricultura, os produtores rurais se sentirão seguros para buscarem no mercado os recursos de que necessitam e certamente encontrarão agentes financeiros dispostos a financiá-los;

b) consolidação de uma política comercial externa que consiste em implantar mecanismos ágeis de defesa comercial e contra práticas desleais de comércio, levando-se em conta toda a cadeia produtiva;

c) reforma tributária que, além de desonerar as exportações e reduzir a cobrança de tributos indiretos nos produtos da cesta básica, terá de promover a harmonização tributária de nossa agricultura no âmbito dos países que integram o Mercosul;

d) implantação de um novo seguro agrícola, reformulando o PROAGRO, que passará a contar com o zoneamento agrícola (em fase adiantada de detalhamento por parte do Ministério da

Agricultura) na definição do valor do prêmio. A securitização das dívidas do PROAGRO ao regularizar suas pendências financeiras resgatará a credibilidade deste instrumento de política agrícola para que possa funcionar como diluidor e minimizador dos riscos normalmente elevados que caracterizam a atividade agrícola, especialmente no Brasil, cujo plantio é preponderantemente de sequeiro;

e) criação de instrumento específico para atender situações de emergência, a exemplo da seca que recentemente afetou os estados da Região Sul. A intervenção pontual adotada nesse momento, convém ressaltar, trouxe a novidade da parceria com os Governos Estaduais e Prefeituras Municipais com a vantagem de agilizar o processo e ampliar sua abrangência.

f) redefinição da política fiscal para a agricultura, alocando no Orçamento Geral da União os recursos necessários para equalização de taxas de juros e prêmios de liquidação de EGF's bem como para o atendimento das necessidades das políticas de crédito rural e de preços mínimos, que estarão mais direcionadas aos mini e pequenos agricultores.

Por fim, superadas as dificuldades que ocuparam grande parte da agenda dos formuladores da política agrícola no ano passado e consciente de que deverá no tempo oportuno e em valores adequados assegurar os recursos necessários para financiar a agricultura em 1996, o Governo implementará os novos instrumentos que assegurarão ao setor as bases para continuar cumprindo o importante papel que dele se espera no processo de estabilização e de retomada do crescimento econômico no Brasil.